

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 04/13

24 de Abril de 2013



## Dizer "NÃO!" à Funcionalização da Condição Militar!

Na passada Segunda-feira, dia 22 de Abril, no final da primeira visita efectuada pelo Primeiro-ministro, desde que tomou posse, ao Ministério da Defesa e Estado-Maior General das Forças Armadas, este anunciou que "Chegou o momento da acção" tendo ainda afirmado que "é aqui, no Estado-Maior General das Forças Armadas, que concluímos o período de diagnóstico e de planeamento, e damos início à segunda fase desse processo de reforma das Forças Armadas" e que "chegou agora o momento de executarmos o que planeámos, de realizarmos as metas que traçámos".

Não poderia ser mais preocupante e desenquadrado tal discurso! Ao mesmo tempo que o Primeiroministro fazia estas afirmações, o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional estaria, conforme informação difundida por diversos meios de comunicação social, "a arrumar as caixas" e por isso ausente da visita e de todo o cerimonial.

Atendendo ao teor do Despacho nº 4308/2013, do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, publicado no Diário da República 2ª série, nº 59, de 25 de Março, em que são delegadas no Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Braga Lino, muitas das competências do MDN, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação face às questões sociais, assistenciais e socioprofissionais, que estão pendentes e em discussão, e que se incluem entre muitas destas delegações de competências.

Como é que se pode afirmar que "chegou o momento da acção" quando o elemento em quem se delegaram as competências para tratar de matérias tão importantes para o normal funcionamento de uma organização com as características da Instituição Militar abandona o cargo e a substituta nomeada ainda não se encontrava empossada?

Importa saber que atraso aos processos em curso trará a substituição deste membro do governo. Quanto tempo decorrerá até que a nova titular se inteire de pastas de tanta sensibilidade e complexidade? Que prejuízos resultarão na assistência aos militares e famílias? Que consequências terá para as carreiras dos militares? Que reflexos terá na missão?

Porém, pode o Primeiro-ministro estar certo que, ao elogiar "o patriotismo e o sentido de serviço ao interesse comum", encontrará esta entrega e este mesmo sentimento de servir também na defesa dos valores e dos direitos de cidadania inscritos no texto da nossa Lei Fundamental, a Constituição da República Portuguesa, que jurámos!

Enquanto dirigentes democraticamente eleitos de uma associação socioprofissional de militares competenos procurar respostas para estas questões e preocupações, para além de continuar a pugnar pelo respeito pela Condição Militar, à luz da Lei nº 11/89, de 1 de Junho, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, no enquadramento dado pela Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto, a Lei do Direito de Associação Profissional dos Militares.

Pela defesa da Condição Militar, pela não "funcionalização dos militares", pela defesa dos valores da Liberdade e da Democracia, é importante que, acompanhados dos nossos familiares e amigos, participemos nas diversas iniciativas comemorativas do 39º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 que terão lugar em todo o país, com particular destaque para a participação, amanhã a partir das 14H45, no desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa!

Porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos honramos, vamos: **Reforçar a ANS! Defender Portugal!** 

A Direcção

Lisboa, 24 de Abril de 2013